

Evento organizado pela UNEP FI, CNseg, ANBIMA e Febraban reúne especialistas para debater inovação financeira e cooperação diante dos desafios climáticos globais

A ampliação do financiamento privado, aliada à coordenação entre governos, instituições financeiras e organismos multilaterais, foi apontada como condição indispensável para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono e cumprir as metas internacionais de enfrentamento às mudanças climáticas. A avaliação foi compartilhada por representantes da UNEP Finance Initiative (UNEP FI), da ANBIMA, da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) e da Febraban durante o evento COP30 to COP31- Diálogos de Liderança: Escalando Finanças e Seguros para Impacto Global, realizado em Londres, no âmbito das agendas da London Climate Action Week.



Dyogo Oliveira, presidente da CNseg

Para o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, é necessária uma atuação coordenada entre seguradoras, bancos, mercado de capitais e setor público para ampliar a capacidade de financiamento da transição climática e transformar boas ideias em projetos efetivamente financiáveis. Segundo ele, as mudanças climáticas já são uma realidade e exigirão, nas próximas décadas, um esforço contínuo para reduzir seus impactos e aumentar a resiliência da sociedade.

Dyogo destacou que o setor segurador ocupa uma posição estratégica nesse processo por atuar tanto na proteção dos riscos quanto no financiamento de investimentos de longo prazo. "Somos a testemunha viva e o bolso vivo dos impactos imediatos das mudanças climáticas", afirmou, ao lembrar que as seguradoras são as primeiras a absorver financeiramente os prejuízos provocados por eventos extremos.

O executivo ressaltou que o modelo tradicional de financiamento não será suficiente para atender ao volume de recursos necessário para a transição climática. Na sua avaliação, o desafio passa pela construção de um amplo portfólio de projetos financiáveis, capazes de atrair capital privado por meio da adequada identificação, precificação e gestão dos riscos ao longo de todo o ciclo de vida dos empreendimentos. Para isso, será necessário desenvolver novos instrumentos financeiros e fortalecer a integração entre o mercado segurador, o sistema financeiro e o mercado de capitais.

A necessidade de uma mudança estrutural também foi destacada pelo Líder de Clima da UNEP Finance Initiative (UNEP FI), braço de finanças da ONU, Remco Fischer. Segundo ele, o principal desafio global é multiplicar a capacidade de financiamento climático destinada aos países em desenvolvimento, elevando os atuais cerca de US\$ 200 bilhões anuais para US\$ 1,3 trilhão ao longo da próxima década, conforme estabelece o roteiro Baku-Belém. Para Fischer, esse salto não será alcançado por meio de ajustes incrementais, mas, sim, por uma transformação profunda na forma como bancos, seguradoras e investidores direcionam seus recursos.



Líder de Clima da UNEP Finance Initiative (UNEP FI), Remco Fischer

O representante da UNEP FI afirmou que o financiamento público continuará desempenhando papel essencial, especialmente para atender comunidades vulneráveis e remover barreiras estruturais que limitam a atuação do capital privado. No entanto, defendeu que o setor financeiro passe a incorporar os objetivos do Acordo de Paris em todas as suas decisões de crédito, seguros e investimentos. Também destacou o trabalho desenvolvido pela UNEP FI em conjunto com instituições financeiras públicas e privadas para criar uma visão comum sobre o que caracteriza um financiamento climático verdadeiramente transformador.

Representando a ANBIMA, o vice-presidente e coordenador de Sustentabilidade, Cacá Takahashi, afirmou que o mercado de capitais brasileiro tem papel decisivo na mobilização dos recursos

necessários para financiar infraestrutura sustentável, inovação e projetos alinhados aos compromissos climáticos. Segundo ele, o Brasil vem fortalecendo seu ambiente regulatório, ampliando o mercado de títulos sustentáveis e aprimorando padrões de transparência e governança, fatores que aumentam a confiança dos investidores e favorecem a expansão das finanças sustentáveis.



Vice-presidente e coordenador de Sustentabilidade da ANBIMA, Cacá Takahashi

Takahashi ressaltou que iniciativas como o Plano de Transformação Ecológica criam condições para aproximar governo, reguladores e setor privado em torno de uma estratégia comum. Para ele, o desafio agora é ampliar a escala dos instrumentos financeiros disponíveis e aprofundar a cooperação entre instituições para acelerar investimentos em saneamento, logística, infraestrutura, agricultura sustentável e redução das emissões de carbono.

O presidente-executivo da Febraban, Isaac Sidney, reforçou que a agenda climática deixou de ser exclusivamente ambiental para se tornar também uma questão econômica, estratégica e de estabilidade financeira. Segundo ele, eventos climáticos extremos afetam diretamente empresas, famílias, cadeias produtivas e mercados, tornando indispensável que o sistema financeiro incorpore definitivamente os riscos climáticos à gestão de crédito, investimentos e governança.

Isaac destacou quatro prioridades para o avanço dessa agenda: o fortalecimento da gestão dos riscos climáticos, a consolidação de uma taxonomia sustentável, a implementação de um mercado de carbono íntegro e transparente e o combate ao desmatamento por meio da incorporação de critérios de sustentabilidade nas decisões de financiamento. Para o dirigente da Febraban, essas iniciativas dependerão de políticas públicas consistentes, segurança jurídica e cooperação internacional.



Presidente-executivo da Febraban, Isaac Sidney

Ao longo do painel, os participantes convergiram na avaliação de que o período entre a COP30, realizada em Belém, e a COP31, que ocorrerá na Turquia, representa uma oportunidade para transformar os compromissos assumidos nas negociações internacionais em mecanismos concretos de financiamento. O consenso foi de que a transição climática somente ganhará a escala necessária se governos, seguradoras, bancos, investidores, organismos multilaterais e o mercado de capitais atuarem de forma integrada para ampliar o fluxo de recursos destinados à economia de baixo carbono e à adaptação climática.

Fonte: CNseg, em 26.06.2026.